

**KLEIN, Herbert S. & LUNA, Francisco Vidal. Mudanças econômicas e sociais no Brasil, 1980-2000: A transformação Incompleta revisitada; In: *Reflexões em torno a 500 años de História de Brasil*. Gonzáles, Elda; Moreno, Alfredo & Sevilha, Rosario, org. Madrid, Editorial Atriel, 2001.**

## **MUDANÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NO BRASIL, 1980-2000: A TRANSFORMAÇÃO INCOMPLETA REVISITADA.**

Herbert S. Klein  
Columbia University

Francisco Vidal Luna  
Universidade de São Paulo

Nos últimos quarenta anos ocorreram transformações profundas na sociedade brasileira; tradicionalmente agrícola e rural, tornou-se uma moderna sociedade industrial, altamente urbanizada, ocupando a posição de oitava economia do mundo (World Bank, 2000). Este processo atingiu todas as regiões e segmentos da sociedade e a despeito dos inegáveis avanços no sentido de consolidar uma sociedade mais justa e democrática, foi incapaz de reverter a grande desigualdade que marca historicamente o país. Segundo um levantamento recente do Banco Mundial, nenhum país desenvolvido ou em desenvolvimento compara-se ao Brasil em termos de desigualdade na distribuição da renda. Em 1996 o Índice de Gini resultava 0,60, valor suplantado apenas por três outros países – Suazilândia, República Centro-Africana e Serra Leoa. Ademais, poucos países, ricos ou pobres, apresentam indicadores tão perversos como o Brasil quanto à proporção da riqueza controlada pelos dois extremos da pirâmide social: os 10% mais pobres possuem menos de 1% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais ricos detêm 64% desses recursos. Números comparáveis apenas a alguns países pobres africanos (World Bank, 2000).

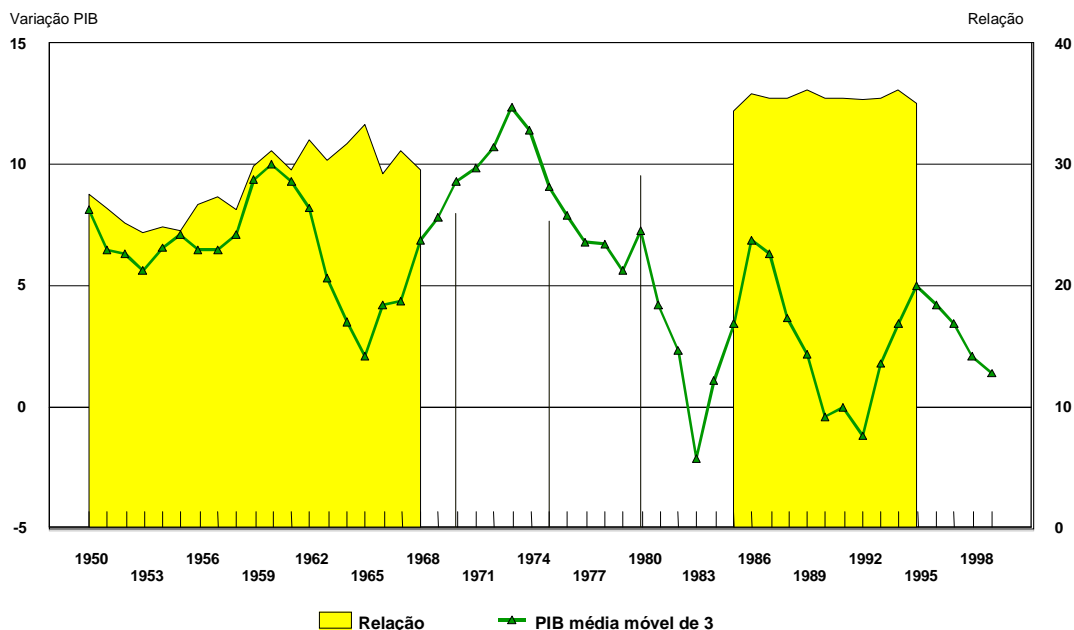
Em 1980, um dos responsáveis por este trabalho fez parte de um grupo de pesquisadores interessados no estudo das transformações ocorridas na sociedade brasileira entre 1940 e os primeiros anos da década de oitenta. Apesar das expressivas mudanças ocorridas naquele período, identificavam-se graves disparidades sociais, justificando a identificação do processo como “transição incompleta” (Bacha & Klein, 1986). Neste trabalho retomaremos o tema, analisando os impactos sociais causados pelo desempenho da economia brasileira nos últimos vinte anos; período marcado por baixas e irregulares taxas de crescimento, muito abaixo das observadas nos primeiros oitenta anos do século XX. Interessa-nos particularmente a questão distributiva, tanto do ponto de vista regional, como entre os segmentos mais ricos e mais pobres da população. Pretendemos verificar se persistem razões para caracterizar o país como uma “Belíndia”, que refletia a existência de uma profunda dualidade, coexistindo regiões com padrões sociais totalmente distintos; o Sudeste assemelhava-se a Bélgica; o Nordeste igualava-se a Índia. As últimas duas décadas, apesar de classificadas como perdidas pelo baixo crescimento do produto, representaram um período de profundas mudanças no país. A economia modernizou-se e os principais indicadores sociais evoluíram positivamente, praticamente obtendo-se a universalização da educação primária. Mas uma dúvida persiste. Teria o processo provocado mudanças significativas nos injustos e incompatíveis padrões distributivos que marcam a sociedade brasileira? Essa é a questão a ser respondida.

Como outros países da América Latina, a economia brasileira expandiu-se rapidamente nos primeiros anos da década de setenta (vide Gráfico 1). Aproveitando-se da forte expansão da economia mundial, da abundância de recursos e das baixas taxas de juros, muitos países do chamado “terceiro mundo” atravessaram um período de

euforia, crescendo aceleradamente, mas acumulando desequilíbrios nas suas contas externas. O financiamento desses desequilíbrios ampliava a dívida externa e a dependência futura em relação ao mercado financeiro internacional. As duas crises do petróleo (1973 e 1979), as pressões inflacionárias daí decorrentes e os fortes aumentos nas taxas de juros nos Estados Unidos para combater os efeitos da crise, modificaram o cenário. Os países mais ricos passaram a praticar políticas recessivas, reduzindo drasticamente o crescimento mundial e a oferta de recursos para os países em desenvolvimento, atingidos pela crise em situação extremamente vulnerável, pois dependiam das suas exportações e dos recursos financeiros internacionais para financiar seus programas de investimentos. E os países mais pobres, além de sofrerem pela queda nas exportações, tiveram seu acesso ao mercado financeiro internacional limitado. Retraíram-se as fontes internacionais de financiamento, impossibilitando a obtenção de novos recursos ou o refinanciamento da dívida existente. A maioria passou a enfrentar sérios problemas internos, como inflação e recessão, bem como dificuldades para honrar seus compromissos com o serviço da dívida externa.

O Brasil acompanhou os demais países em desenvolvimento na fase de expansão. Mas ao contrário da maioria dos outros países, que adotaram políticas recessivas após o choque do petróleo, quando caracterizou-se uma profunda crise internacional, o governo brasileiro optou por intensificar o processo de substituição de importações, através de um ambicioso programa de investimentos, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Procurava complementar o processo de industrialização, estimulando a produção interna de segmentos ainda dependentes de importações, como máquinas, equipamentos e insumos básicos, e visava eliminar gargalos existentes na infra-estrutura econômica, principalmente nas áreas de energia e transportes; sua execução permitiria ao país retomar a trajetória histórica de crescimento. Embora parcialmente implementado, o plano modernizou e ampliou o nível de integração do parque industrial, que se tornou um dos mais complexos entre os países em desenvolvimento. Mas o programa representou um grande esforço de investimentos, aumentando a dependência das fontes externas de recursos para financiar os desequilíbrios na balança comercial e honrar o serviço da dívida, encarecida pela elevação das taxas de juros. Ademais, a elevação do preço do petróleo atingiu duramente o país, ainda muito dependente da importação desse produto. A inflação, que se mantinha ao redor de 25% ao ano nos primeiros anos da década de setenta, atingiu 85% em 1980. Apesar da turbulência internacional dos anos setenta, a economia brasileira cresceu em média 8,6% na década. Este impressionante desempenho permitiu o aumento da renda per capita de 500 dolares para mais de 2000 dolares.

**Gráfico 1: Variação do PIB do Brasil, 1948-1995 e PIB de Sudeste e Nordeste em anos**



A crise mundial provocada pela crise do petróleo estendeu-se pelos primeiros anos da década de oitenta e teve impacto dramático em todos os países em desenvolvimento, particularmente após a crise mexicana de 1982. Estes países passaram a enfrentar dificuldades crescentes para honrar seus compromissos no mercado internacional e muitos suspenderam seus pagamentos e renegociaram a dívida externa. Foi a chamada “Crise da Dívida”, que atingiu todos os países credores ou devedores, ricos ou pobres. Ao recorrer ao Fundo Monetário Internacional para solucionar seus problemas, os países devedores comprometeram-se a seguir as orientações daquele organismo: implantar políticas recessivas para combater o processo inflacionário, equilibrar as contas públicas e gerar saldos positivos no comércio internacional, para que pudessem retomar o pagamento dos compromissos externos. Os países em desenvolvimento passaram de importadores a exportadores de capital, comprometendo qualquer política interna de crescimento.

Com a crise mexicana o Brasil viu-se obrigado a seguir o mesmo caminho, adotando medidas recessivas, com controle monetário, elevação dos juros internos, corte nos gastos públicos e redução do salário real (o chamado arrocho salarial). Esse conjunto de medidas, como desejado, provocou uma profunda recessão, com queda de 4,3% no PIB. Com resultado da recessão, que retraiu a demanda interna, e pelo aumento da capacidade produtiva decorrente do II PND, foi possível obter expressivos saldos positivos na balança comercial a partir de 1983. Mas a política recessiva não conteve a inflação, que atingiu 180% em 1984, nem equilibrou as contas públicas, apesar dos cortes nos gastos correntes e nos investimentos. O serviço da dívida pública, onerado pelas altas taxas de juros, impostas pelo governo para conter a inflação e atrair capital externo, ampliava o gasto público e tornava ineficazes as medidas tradicionais de controle orçamentário. Os juros pagos sobre a dívida pública tornaram-se o mais importante componente entre os gastos governamentais. Esta era a situação da economia ao iniciar-se o ano de 1985, quando ocorreu a democratização do país, após mais de vinte anos de regime militar. O país encontrava-se endividado, com inflação crescente e forte recessão.

E as pressões políticas e sociais eram enormes, tornando impossível a continuidade das políticas recessivas, particularmente o arrocho salarial.

Por muitos anos discutia-se a respeito das características da inflação brasileira e formas de combatê-la. No início dos anos oitenta o debate centrava-se na ineficiência das políticas recessivas de combate à inflação, apontando-se a inércia inflacionária como sua principal causa. Após um ano de mandato e face à impotência dos instrumentos tradicionais para controlar a inflação, que atingia 13% ao mês, o Governo Sarney decidiu implantar um plano heterodoxo de estabilização, não recessivo, com mudança do regime monetário, congelamento de preços e desindexação da economia como forma de eliminar a inércia inflacionária. O chamado “Plano Cruzado” foi um sucesso inicial, principalmente pelo controle de preços e pelos efeitos distributivos. A queda abrupta da inflação, que corroía a renda da população e as regras de conversão de moeda, que propiciaram um aumento real dos salários, provocaram rápido e até certo ponto inesperado aumento na demanda interna. Cresceram a produção e o emprego, mas também ampliaram-se as importações. A demanda interna superava a capacidade de oferta de bens, provocando falta generalizada de produtos, pressões inflacionárias e novamente aumento de preços. Por outro lado, a necessidade de recursos para atender aos compromissos com a dívida externa e as novas pressões sobre a balança comercial geradas pela retomada do crescimento deterioraram as contas externas. No início de 1987, frente as dificuldades externas e como o mercado financeiro internacional estava fechado para os países da América Latina, o Brasil viu-se obrigado a suspender os pagamentos dos seus compromissos externos e renegociar sua dívida.

O final do governo Sarney foram anos de marcante crise econômica, com aceleração da inflação e deterioração das contas internacionais. Apesar disso, durante seu mandato ocorreram as menores taxas de desemprego dos últimos vinte anos e o PIB cresceu em média 4,4% ao ano, nível muito superior ao observado na fase de estagnação da primeira metade da década. Embora seja dito que os anos oitenta representaram uma década perdida em termos de crescimento, obtiveram-se importantes conquistas políticas e sociais, houve melhoria em vários indicadores sociais e consolidou-se o processo democrático, materializado na Constituição de 1988.

A primeira metade da década de noventa caracterizou-se por uma profunda crise interna e abandono do modelo tradicional de desenvolvimento brasileiro. O Governo Collor inaugurou uma fase neoliberal como orientação de política econômica. Apesar do discurso moralista e pregando a modernidade, seu governo foi marcado pela corrupção e pela implementação de um plano de estabilização irracional e autoritário, com o confisco de ativos financeiros e uma profunda recessão (queda de 4,2% do PIB em 1990). A inflação, temporariamente contida, retornou e atingiu níveis muito elevados (mais de 20% ao mês, no final de 1990). Como orientação de política econômica, sem preparação prévia ou discussão interna, tomaram-se medidas de abertura da economia, com redução generalizada das tarifas alfandegárias e eliminação dos tradicionais controles das importações. Desprotegeu-se bruscamente a produção interna, não preparada para a competição internacional. Ampliou-se o desemprego, caiu o salário real, retraíram-se os investimentos e abriu-se uma forte crise política, resolvida democraticamente pelo impeachment do presidente

A economia brasileira atingira um dos mais elevados níveis de integração industrial e intervenção estatal entre as economias emergentes, que incluía proteção tarifária e atuação direta na produção através, das empresas estatais. A economia era fechada, com baixo coeficiente de importações e a tecnologia predominante adaptava-se a esse padrão de crescimento. A complexidade e o sucesso desse processo de intervenção estatal, criado a partir da década de quarenta, gerava forças contrárias ao abandono do modelo e

sua substituição por um programa neoliberal, com privatizações, fim dos monopólios públicos, redução da intervenção pública na economia e abertura generalizada do mercado. Para justificar a implantação desse modelo de crescimento apontava-se o exemplo dos chamados “tigres asiáticos”. Mas o exemplo e comparação não era válido. Quando aqueles países ingressaram no processo de globalização, partiam de estruturas industriais menos complexas, contando com forte apoio estatal, concentração empresarial, com tecnologias modernas e plenamente integradas à competição internacional. Ademais, os processos recentes de crescimento apresentava facetas pouco liberais. Os grandes grupos eram fortemente apoiados pelo Estado, que não participava da produção, mas coordenava o processo.

Apesar das resistências naturais, a globalização teve continuidade no Brasil após o impeachment do Presidente Collor. Mas era também necessário combater a inflação. Em outubro de 1992, ao assumir o Presidente Itamar Franco, a variação dos preços atingia a marca de 25% ao mês. Em 1993 o atual presidente Fernando Henrique Cardoso foi indicado Ministro da Fazenda e logo implantou um programa de estabilização, o quarto desde o Plano Cruzado ocorrido em 1986. Este novo plano, denominado Plano Real, foi um sucesso no controle inflacionário. Aproveitando um cenário favorável no mercado internacional e levando em conta a experiência dos programas anteriores, o Plano Real inovou no processo de conversão monetária. Ao invés de promover a desindexação diretamente, como nos planos anteriores, o Plano Real efetuou inicialmente a indexação geral, dando uma base comum aos reajustes de preços e contendo a aceleração da inflação. Na etapa seguinte, com todos os reajustes de preços alinhados, efetuou-se a desindexação e a inflação seguiu uma trajetória decrescente, mesmo sem controle de preços. A abertura ampla da economia e a valorização da moeda nacional, que serviu como ancora do programa, foram fundamentais no sucesso inicial do plano. Apesar de uma desvalorização de mais de 50% na moeda nacional em 1999, manteve-se a estabilidade de preços, terminando-se o ano 2000 com uma taxa anual de apenas 5%. Resultado não obtido em mais de quarenta anos.

O Plano Real aprofundava o modelo liberal iniciado no Governo Collor. Combatia-se a inflação pela ampla abertura da economia e valorização do Real, desprotegendo a produção nacional frente à concorrência internacional. O Plano também procurava aprofundar o ajuste fiscal e efetuar as chamadas “Reformas do Estado”, incluindo a desregulamentação da economia, a privatização das empresas produtivas estatais, mudanças nas relações de trabalho e novas regras para a seguridade social. Desprotegida, a produção nacional foi obrigada a modernizar-se para sobreviver à concorrência internacional. Os resultados foram imediatos: uma parte da economia efetivamente se modernizou, mas outra parcela do setor produtivo simplesmente desapareceu frente à concorrência, principalmente pela manutenção da moeda nacional artificialmente valorizada; ocorreu um processo de desnacionalização das empresas nacionais, redução do emprego industrial, maior dependência externa por insumos, componentes, bens de capital e tecnologia; o país estagnou em termos de crescimento e aumentou o desemprego. Os defensores do plano chamavam o processo de “destruição criadora”; mas haviam críticas profundas ao programa, particularmente pela valorização da moeda nacional (Sayad, 2000, Batista, Jr., 2000, Tavares, 1999). O plano, ao utilizar o câmbio fixo como ancora, dificultava as exportações e estimulava as importações, criando crescentes saldos negativos na balança comercial e desequilíbrios crescentes nas contas externas. Para atrair recursos internacionais, necessários para financiar esses desequilíbrios e também para evitar a recuperação da economia, que exerceria pressão adicional sobre a balança comercial, o governo manteve por vários anos juros reais muito altos. Os desequilíbrios externos aumentavam a dívida externa; a elevação dos juros internos ampliava a dívida interna. Estagnou o nível de atividade, aumentou o desemprego e a ampliou-se a crise social.

A eventual viabilidade desse processo exigia longo período de maturação e dependia de uma conjuntura externa favorável, com recursos financeiros abundantes e baixas taxas de juros. A crise asiática (1997) e a crise na Rússia (1998), mostraram os riscos dessa política. Como reação à crise asiática o governo aprofundou o programa, tentando agilizar as reformas, melhorar as contas públicas e aumentando ainda mais os juros internos, para atrair capital especulativo e proteger as reservas cambiais. Os juros atingiram mais de 30% ao ano em termos reais. Mas a crise na Rússia mostrou a inviabilidade de continuar com esse programa. Ocorreu fuga de capitais, com explosiva perda de reservas, e somente o rápido socorro do FMI e uma desvalorização de 50% evitaram uma crise de maior magnitude. Abandonou-se a âncora cambial, base essencial do modelo e seu elemento mais questionável. Os críticos do programa sugeriam que seria necessária uma desvalorização planejada; temiam que uma corrida contra as reservas, em momento de crise, pudesse ocasionar uma desvalorização forçada, provocada pelo mercado. As conseqüências seriam imprevisíveis e poderiam colocar em risco a solvência externa do país. Ocorreu exatamente o que tanto se temia. A desvalorização foi causada pelo mercado, em meio a uma crise externa e com expressiva perda de reservas. A magnitude do problema brasileiro e seus riscos para os demais países emergentes explicam o rápido e eficaz socorro do FMI.

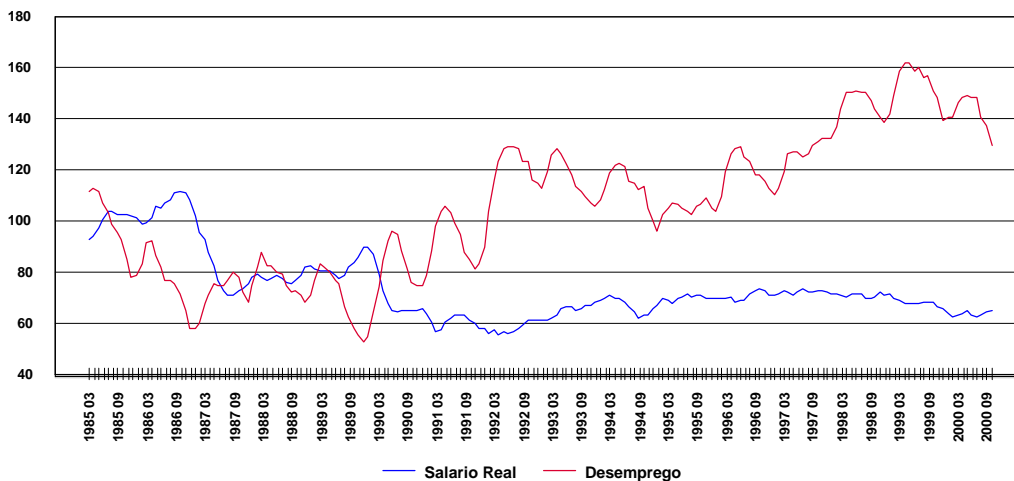
A desvalorização ocorrida em janeiro de 1999 foi crucial para a recuperação da economia e permitiu a retomada do crescimento, após anos de estagnação. A abertura provocou uma modernização da produção interna, mas sua capacidade competitiva dependia da desvalorização da moeda nacional. E a recuperação do poder competitivo permitiu a redução gradual das taxas internas de juros. Com câmbio adequado e queda nas taxas de juros a economia voltou a crescer, aumentaram os investimentos e a balança comercial tendeu ao equilíbrio. As novas perspectivas de crescimento, a estabilidade de preços e a situação das contas públicas, criaram um cenário favorável aos investimentos estrangeiros no país. Capital atraído para novos investimentos produtivos ou para a compra de ativos existentes, tanto na privatização como na aquisição de empresas privadas nacionais. Em todos os segmentos produtivos ampliou-se significativamente a participação do capital estrangeiro. E reduziu-se o poder de intervenção governamental na economia.

As conseqüências sociais das medidas adotadas nos anos noventa foram contraditórias. A implantação do Plano Real e a estabilidade de preços aumentaram o poder de compra da maioria da população. Cresceu a demanda por alimentos e por bens de consumo populares, refletindo uma melhoria nas condições de vida da camada mais pobre da população (Lavinias:1998). Mas o emprego, que havia crescido inicialmente, estabilizou-se ou mesmo reduziu-se; aumentou o desemprego e o mercado informal de trabalho, provocando a perda de importância do emprego de melhor qualidade, em termos de produtividade e remuneração.

A partir destas considerações a respeito da última década, façamos uma retrospectiva geral a respeito dos resultados econômicos e sociais obtidos nos últimos vinte anos. Em comparação com a tendência histórica, o crescimento foi modesto e irregular. Em dez anos, entre 1970 e 1979 o PIB expandiu-se mais de 100%. Em 20 anos, entre 1981 e 2000 aumentou apenas 50%, enquanto a população cresceu 42%. Mas o país mudou profundamente neste último período. Ocorreu a democratização, ampliou-se a participação efetiva da sociedade civil, houve uma profunda mudança na estrutura da economia. Abandonou-se o modelo tradicional de desenvolvimento, modernizou-se o parque industrial e a produção nacional foi exposta à concorrência internacional. A maioria das empresas públicas foi privatizada e alguns setores, como energia e comunicações, as maiores compradoras foram as multinacionais. Ademais, importantes grupos privados nacionais não sobreviveram ao processo de concorrência internacional e globalização da produção, junto com a valorização artificial do moeda nacional (veja

Gráfico 2). A produção concentrou-se, houve ampla desnacionalização no controle do setor produtivo e profunda modernização dos grupos nacionais sobreviventes. O papel do governo na produção foi ocupado em grande parte por corporações multinacionais.

GRÁFICO 2: SALÁRIO REAL MÉDIO E TAXA DE DESEMPREGO NA CIDADE DE SÃO PAULO  
POR MES E ANO, 1985-2000  
(média de 1985=100)

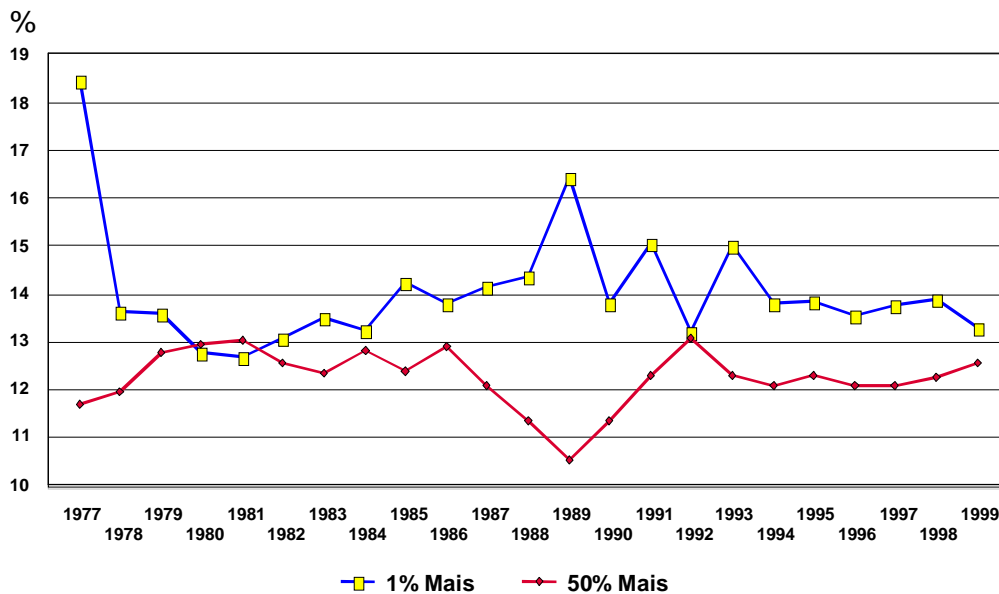


Assim como na indústria, a agricultura também passou por uma verdadeira revolução nos últimos vinte anos. Modernizou-se, capitalizou-se, aumentou significativamente sua produtividade e reduziu seu grau de dependência dos subsídios públicos (Dias & Amaral, in Baumann 1999). Ao mesmo tempo expandia-se a fronteira agrícola, particularmente pela incorporação da região Centro-Oeste. O desenvolvimento de tecnologia apropriada permitiu a ocupação econômica do cerrado, cujos solos exigem cuidados especiais para preservação da sua fertilidade. O rápido crescimento da agricultura comercial no Centro-Oeste provocou um amplo movimento migratório, proveniente das áreas de agricultura tradicional. Graças a expansão da agricultura, criou-se no centro do país uma área dinâmica e moderna, atraindo investimentos em agroindústria e infra-estrutura.

Do ponto de vista social, embora seja cedo para avaliar os efeitos do processo recente de globalização e abertura da economia, pode-se afirmar que até o momento o novo modelo de crescimento resultou em perda de postos de trabalho para os trabalhadores brasileiros. São transformações complexas, cujas conseqüências somente poderão ser avaliadas a médio e longo prazo. Em recente artigo estimou-se que cerca de meio milhão de empregos foram destruídos com a privatização de 490 empresas públicas, representando cerca de 44% dos empregos anteriormente existentes (12/15/00 Folha de São Paulo 15 dezembro 2000, p.B11). No setor privado perdeu-se outro número expressivo de empregos pela modernização dos processos produtivos ou fechamento de empresas. Outro artigo mostrou a queda persistente na participação do emprego industrial no emprego total, de 19,2% (1980) para 11,5% (1999). Este último percentual assemelha-se ao peso do emprego industrial nos anos cinqüenta. O mesmo artigo aponta a destruição de dois milhões de empregos formais na década de noventa (Pochmann, 2000). Estes são os principais fatores a explicar o aumento recente nos indicadores de desemprego. Em um país com seguridade social ineficiente, esse processo aumentou o setor informal e provocou o crescimento dos empregos de baixa produtividade e pouca remuneração.

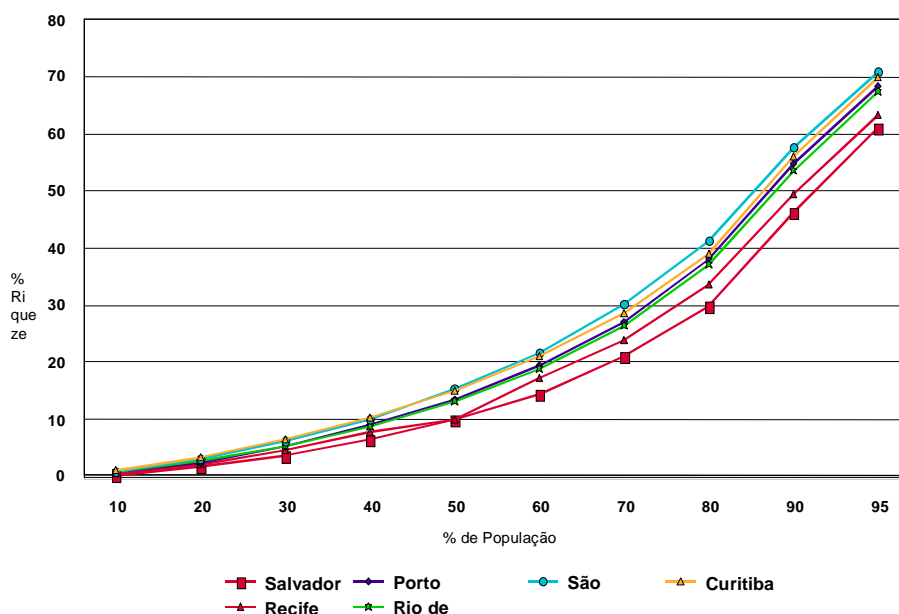
O entendimento do desempenho da economia mostra-se fundamental para explicar porque a distribuição de renda no Brasil, inegavelmente a pior da América Latina e uma das mais desiguais entre as sociedades industriais modernas, pouco mudou nos últimos vinte anos. Isso fica evidente quando se verifica que 1% da população ainda controla uma parcela maior da renda do que a metade mais pobre da população (veja Gráfico 3). E os “pobres” representam cerca de um terço da população, com pequenas mudanças nos últimos vinte anos (Rocha, 2000, p.6). O resultado do Índice de Gini para a distribuição de renda no Brasil mostra o valor 0,60; o dobro do verificado nos países mais ricos. As mudanças no padrão distributivo foram pequenas, tanto por segmento social como por região.

**Gráfico 3: Percentagem da Renda controlada por Faixas de Renda**



O diferencial entre as áreas mais ricas e mais pobres permaneceu praticamente inalterado desde os primeiros anos da década de setenta. Naquele período houve um desempenho favorável, pois a renda per capita do Nordeste que era ao redor de 25% da renda per capita do Sudeste elevou-se para algo em torno de 33% (Oliveira e Silva & Medina, 1999). Infelizmente, nota-se desde 1995 um leve movimento no sentido contrário, ampliando ainda mais a enorme diferença existente entre as duas regiões (veja Gráfico 1). A comparação entre os perfis distributivos dentro das várias regiões representa outro aspecto a demonstrar a gravidade da questão distributiva no país. As regiões metropolitanas mais pobres apresentam padrão distributivo pior do que as regiões metropolitanas mais ricas, como pode ser visto na curva de Lorentz, relativa a distribuição de riqueza no ano de 1996, o que agrava ainda mais a situação da camada mais pobre da população (veja Gráfico 4).

Gráfico 4: Distribuição de renda em várias regiões metropolitanas



A rigidez na estrutura social é ainda mais evidente na questão da propriedade da terra. Entre 1960 e 1985 as pequenas propriedades (unidades com menos de 10 hectares) aumentaram seu peso no número de propriedades existentes, passando de 45% para 53%. Entretanto sua participação na posse de terra cresceu apenas de 2% para 3%. Ou seja, o conjunto dos pequenos proprietários de terra, que representam mais da metade dos proprietários, possui apenas 3% da terra disponível do país. Também não ocorreu mudança no excepcional peso dos grandes proprietários rurais; os proprietários com mais de 10.000 hectares, que são menos de 1% dos donos de terra, controlam cerca de 15% da área total. Também não houve alteração significativa no peso dos proprietários rurais com unidades entre 1.000 e 10.000 hectares (veja Tabela 1). Assim, como no caso da riqueza em geral, a estrutura de propriedade da terra permaneceu surpreendentemente inalterada, apesar das grandes transformações ocorridas na agricultura nos últimos quarenta anos.

**TABELA 1**  
Distribuição Percentual das Propriedades Rurais por Tamanho e Número de Estabelecimentos

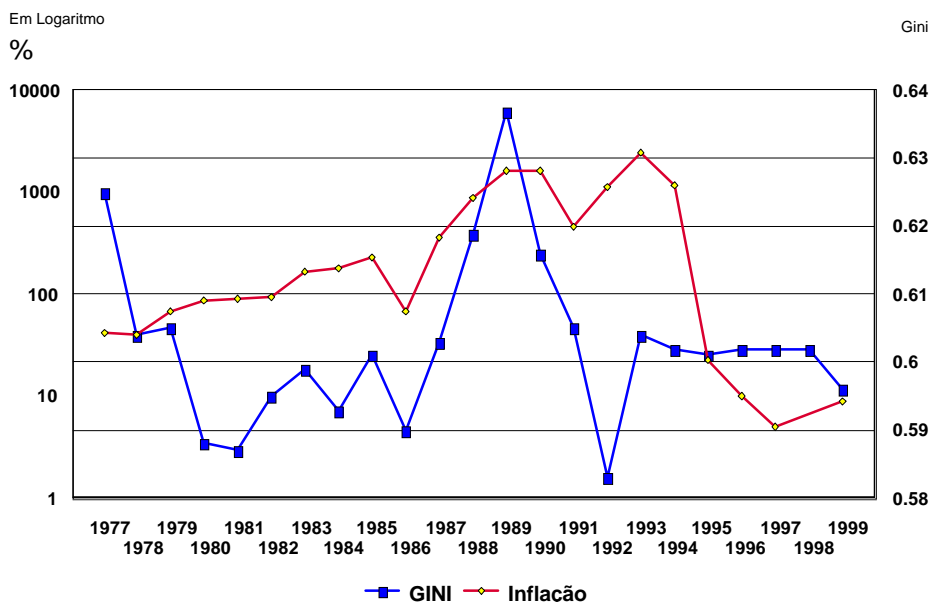
TAMANHO DAS PROPRIEDADES (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA			
	1960	1975	1980	1985	1960	1975	1980	1985
Menos de 10	44,9%	52,1%	50,4%	53,0%	2,4%	2,7%	2,5%	2,7%
10 a menos de 100	44,7%	38,0%	39,2%	37,2%	19,0%	18,6%	17,7%	18,5%
100 a menos de 1000	9,4%	9,0%	9,5%	8,9%	34,4%	35,8%	34,7%	35,0%
1000 a menos de 10000	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	28,6%	27,8%	28,6%	28,8%
10000 e mais	0,1%	0,1%		0,1%	15,6%	15,1%	16,5%	15,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Wood & Carvalho (1994/IPEA), table 9.1 p.230

No longo prazo o padrão distributivo pode ser explicado por inúmeros fatores, como a estrutura fundiária, acesso e qualidade da educação, sistema tributário, organização da estrutura produtiva, etc. Mas no curto prazo a inflação exerceu significativa influência na distribuição de renda. Grande parte da população mais pobre recebe sua renda, salários ou pensões, por sistemas contratuais, em regimes mensais,

com reajustes periódicos regulados por normas legais. Com a aceleração da inflação, mantida a periodicidade dos reajustes, ocorria perda na renda real dessas pessoas. Embora a aceleração da inflação representasse perda de salário real dos trabalhadores, o governo evitava aprovar mudanças na periodicidade dos reajustes, pois a recomposição do salário real poderia provocar nova aceleração na inflação. Era a forma de conter a espiral inflacionária, com efeito perverso sobre a parcela da população que vivia de salários e de pensões. Somente através de fortes pressões políticas e sociais eram feitas mudanças na periodicidade dos reajustes. Ocorria normalmente quando a queda do salário real provocara redução na demanda por bens de consumo, com retração na atividade econômica e no emprego. Dessa forma a massa salarial era afetada simultaneamente pela queda do salário real e do emprego. Nos vários programas de estabilização a inflação era bruscamente contida, os salários convertidos para uma nova moeda, preservando-se o valor real naquele momento, e eliminando-se as antigas formas de reajustes. Quando os preços voltavam a subir, ocorria nova perda salarial, e já não existiam os procedimentos anteriores de reajuste dos salários pela inflação passada. Novas pressões eram feitas e novas regras surgiam. O processo relatado relaciona-se principalmente com a aceleração da inflação e não com seu valor absoluto. Uma inflação elevada, mas estável, criaria formas de reajustes que preservassem os rendimentos reais, mantidas as mesmas condições no mercado de trabalho (veja Gráfico 5).

Gráfico 5 : Valor do Índice de GINI e Taxa de Inflação no Brasil, 1977-1999



Mas o nível absoluto de inflação prejudicava a população de outra maneira, particularmente quando atingia mais de 50% ao mês, ou seja, cerca de 2% ao dia, como foi o caso brasileiro. Em tais situações, há necessidade de processos complexos para preservação do poder de compra da renda ou da riqueza. Requer informações e sofisticados produtos bancários, usualmente não disponíveis para a parcela mais pobre da população, que é normalmente a mais afetada pelo “imposto inflacionário”. Nesses regimes inflacionários, também ocorre dramática redução do crédito ao consumidor, atingindo novamente a parcela mais pobre da população. No Brasil, com salário mínimo inferior a 100 dólares, o crédito torna-se um instrumento fundamental para que a parcela mais pobre da população tenha acesso aos bens de consumo durável, mesmo os de menor valor. Com inflação elevada, o crédito existente é de curto prazo e onerado com taxas de juros reais extremamente elevadas. Quando a inflação era temporariamente

contida, a eliminação do imposto inflacionário e a ampliação da oferta de crédito ao consumidor permitia imediata recuperação da demanda interna, particularmente dos bens de consumo popular. Isso explica os surtos de recuperação da atividade econômica durante as fases iniciais dos sucessivos planos de estabilização.

Mas apesar da rigidez na estrutura distributiva ocorreram importantes transformações sociais no país. O aumento na expectativa de vida, com melhoria em todos os indicadores relacionados com a saúde, a universalização da educação primária, com declínio na proporção de analfabetos, e a queda da população rural, mais pobre, foram as mais significativas mudanças ocorridas nos últimos sessenta anos. Desde os anos quarenta estes indicadores apresentam tendência favorável, com uma intensificação recente neste processo. A expectativa de vida passou de 41 para 62 anos de idade até 1990 (veja Tabela 2). Entre 1995-2000, ocorreu novo aumento na expectativa de vida, terminando o século com 67,9 anos. (CEPAL 2000, Tabela 8). Também declinaram as diferenças entre regiões. Nos anos trinta, a expectativa de vida da população das regiões mais pobres era somente dois terços da identificada nas regiões mais ricas; a diferença reduziu-se e na década de setenta a expectativa de vida das regiões mais pobres era três quartos da verificada nas regiões ricas.

**Tabela 2: Expectativa de Vida ao Nascer, por Região -1930/80**

REGIÃO	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	Aumento entre as décadas			
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	A-B	B-C	C-D	D-E
Amazonia	39,8	42,7	51,0	54,2	63,1	2,9	8,3	3,2	8,9
Nordeste Setentrional	<b>40,0</b>	<b>43,7</b>	<b>47,8</b>	<b>50,4</b>	<b>55,5</b>	<b>3,7</b>	<b>4,1</b>	<b>2,6</b>	<b>5,1</b>
Nordeste Central	<b>34,7</b>	<b>34,0</b>	<b>39,4</b>	<b>44,2</b>	<b>49,0</b>	<b>-0,7</b>	<b>5,4</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>
Nordeste Meridional	<b>38,3</b>	<b>39,2</b>	<b>44,8</b>	<b>49,7</b>	<b>56,5</b>	<b>0,9</b>	<b>5,6</b>	<b>4,9</b>	<b>6,8</b>
Minas	43,0	46,1	51,7	55,4	60,2	3,1	5,6	3,7	4,8
Rio de Janeiro	44,5	48,7	56,1	57,0	64,1	4,2	7,4	0,9	7,1
São Paulo	<b>42,7</b>	<b>49,4</b>	<b>55,1</b>	<b>58,2</b>	<b>63,9</b>	<b>6,7</b>	<b>5,7</b>	<b>3,1</b>	<b>5,7</b>
Paraná	43,9	45,9	53,4	56,6	63,2	2,0	7,5	3,2	6,6
Sul	51,0	55,3	60,4	61,9	67,8	4,3	5,1	1,5	5,9
Centro-Oeste	46,9	49,8	54,0	57,5	62,6	2,9	4,2	3,5	5,1
Brasil	<b>41,2</b>	<b>43,6</b>	<b>50,0</b>	<b>53,4</b>	<b>61,6</b>	<b>2,4</b>	<b>6,4</b>	<b>3,4</b>	<b>8,2</b>

% da pior região/melhor região      **68%**      **61%**      **65%**      **71%**      **77%**

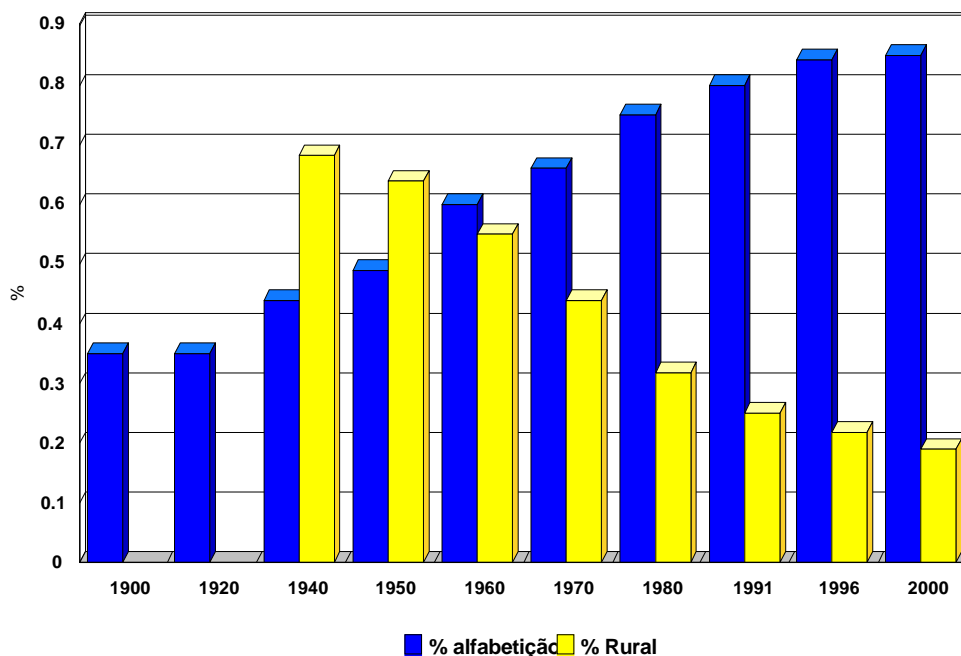
Fonte: Wood & Carvalho, IPEA, 1994, no.27, p. 108 table 4.2

O aumento na expectativa de vida ocorreu junto com melhorias nas condições de saúde da população. Isso pode ser comprovado pela mortalidade infantil, variável chave que mudou dramaticamente nas últimas cinco décadas. Ainda em 1980-85 a mortalidade das crianças com menos de um ano de idade era de 64 por grupo de mil nascimentos vivos. No quinquênio de 1995-2000 este indicador reduziu-se para 42 por mil (CEPAL 2000, Tabela 42). Embora esta taxa ainda seja uma das piores da América Latina, o desempenho dos últimos anos representou um avanço na posição relativa do país no contexto regional.

Ocorreu também expressiva redução no tamanho das famílias, pelo declínio sistemático na taxa de natalidade. Mas ainda persistem grandes diferenças entre segmentos sociais e regiões. Em geral, quanto mais pobre a família e mais pobre a região, maior é a taxa de fertilidade. Em 1970 a quarta parte mais pobre da população apresentava taxa de fertilidade total de 7,5, reduzida para 6,1 em 1980; no extremo oposto, ou seja na quarta parte mais rica da população, o indicador passou de 3,3 para 2,9 (Wood & Carvalho 1994, p.180, Tabela 7.2). Apesar da significativa disparidade ainda existente, deve-se realçar a queda nos níveis de fertilidade dos dois segmentos e a diminuição da diferença, que também ocorreu quando se comparam áreas urbanas e as áreas rurais.

O analfabetismo caiu dramaticamente ao longo deste século, passando de 65% da população adulta (15 anos de idade ou mais) em 1900 para 20% em 1991 (veja Tabela 2 acima). Para o ano 2000, estima-se nova queda, atingindo 12%, da população entre 10 e 69 anos de idade; e esta tendência de redução deve manter-se nos próximos anos (Coelho de Souza, 1999:12, tabela 5). Nota-se também progresso no sentido de igualdade entre as várias regiões e entre a população urbana e rural. Isso resulta da virtual universalização da educação primária no final da década de noventa e da sistemática expansão da urbanização, favorecendo o processo educacional. Estima-se que a população urbana tenha atingido 81% da população total no censo de 2000 (veja Gráfico 6). É importante realçar os avanços obtidos na média de alfabetização da população urbana, que passou de 3,2 para 5,3 anos, no período 1976 a 1996; ademais, os dados de 1996 demonstram que a média de escolarização das mulheres (5,4 anos) ultrapassou a dos homens (5,2 anos) (Ferreira & Paes de Barros 2000, Tabelas 3 e 4). Mas apesar dos inegáveis avanços obtidos nos indicadores de educação, segundo as estimativas da CEPAL o Brasil ainda apresenta os piores níveis de analfabetismo da América Latina, com percentual superior ao da Bolívia e o dobro da taxa do Paraguai (CEPAL, 2000, Tabela 33).

**Gráfico 6: POPULAÇÃO RURAL E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS, BRASIL 1900-2000**



O declínio nos indicadores de analfabetismo deve-se à progressiva expansão da educação primária. Entre 1989 e 1997, consideradas as crianças em idade para freqüentar o primeiro ano primário, o percentual de crianças matriculadas passou de 80% para 97%. Houve também grande incremento na educação secundária; a taxa de matrícula das crianças em idade relevante para o curso secundário aumentou de 46% para 66% no mesmo período (Word Bank, 2000, Tabela 2.10)

Entretanto, a despeito do declínio na taxa de analfabetismo, aumento da expectativa de vida, queda da mortalidade infantil e melhoria generalizada em outros indicadores relacionados com a saúde, o Brasil ainda representa uma das nações com os piores índices sociais, mesmo na América Latina. A maioria dos indicadores socioeconômicos mostram o Brasil pertencendo ao grupo dos países menos

desenvolvidos, embora seja a oitava economia mundo (World Bank, 2000, Tabela 1.1). Embora diminua a diferença nos indicadores de saúde e educação quando comparados ricos e pobres, as variáveis econômicas mostram a persistência do padrão de desigualdade. Isto se deve a uma série de fatores arraigados na sociedade brasileira, mas também ao processo de estagnação da economia nas últimas duas décadas. Enquanto as taxas de crescimento do produto permanecerem baixas relativamente ao crescimento da população – segundo dados preliminares, o crescimento populacional foi de 1,6% ao ano na década de noventa – resultados modestos serão obtidos no padrão distributivo, tanto entre classes como entre regiões. Mas apesar da persistência do injusto padrão distributivo, ocorreram importantes mudanças sociais nos últimos vinte anos e atualmente a caracterização do país como uma "Belíndia" não parece tão óbvia como antigamente. Mas renda e riqueza ainda representam importantes marcas de distinção entre classes e regiões.

## BIBLIOGRAFIA

- AZZONI, Carlos Roberto. "Concentração Regional e Dispersão das rendas per capita estaduais: Análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. Estudos Econômicos, Vol. 27, no.3 (1997), Tabela A3, pp.384-387
- BACHA , Edmar Bacha & KLEIN, Herbert S. eds., A Transição Incompleta: Brasil desde 1945, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2 vol.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira, A economia como ela é... São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.
- BAUMANN, Renato. Brasil. Uma década em transição Rio de Janeiro: Editora Campos & CEPAL, 1999.
- CAMARANO, Ana Amália & ABRAMOVAY, Ricardo, Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No.621, p. 3. Janeiro de 1999.
- CEPAL, Desarrollo Social y Bienestar: Indicadores del Desarrollo Socioeconómico de América Latina y El Caribe .Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- FERREIRA, Francisco H.G. & PAES DE BARROS, Ricardo "La educación y la distribución del ingreso en el Brasil urbano, 1976-1996," Revista CEPAL, Vol. 71 (Agosto 2000), pp 43-64
- FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- GIAMBIAGI, Fabio & MOREIRA, Maurício Mesquita. A economia brasileira nos anos 90, Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.
- IBGE. Indicadores sociais. Uma análise da década de 1980/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- IBGE. Resultados preliminares do Censo de 2000. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LAVINAS, Lena, GARCIA, Eduardo Henrique & AMARAL, Marcelo Rubens. Desigualdades Regionais: Indicadores socioeconômicos nos Anos 90. Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No. 460. Fevereiro de 1997.
- \_\_\_\_\_, Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica, Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No. 466. Março de 1997.
- POCHMANN, Marcio. "A indústria e o emprego no Brasil". In. Folha de São Paulo, 1 de janeiro de 2001, p. B2.
- ROCHA, Sonia. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: A evolução - 1981/95. Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No. 567. Junho de 1998.

- \_\_\_\_\_. Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do plano real Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No. 721. Abril de 2000.
- \_\_\_\_\_. Renda e pobreza: os impactos do plano real. Rio de Janeiro: IPEA, Texto Para Discussão No. 439. Dezembro de 1996.
- SAYAD, João. Planos Cruzado e Real: Acertos e desacertos Rio de Janeiro: IPEA, Seminários Dimac, no. 30. Setembro de 2000.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. O Analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico, Brasília: IPEA, Texto Para Discussão No. 639, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. Destruição não criadora. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.
- WOOD, Charles H. & CARVALHO, José Alberto M. A demografia da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- WORLD BANK, World Development Indicators. Washington, D.C., 2000.